



Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022

Diretoria Financeira e Administrativa – D.F.A.

Controladoria – CON

o que fazemos

Assessoria e consultoria

Inspeções e monitoramentos

Soluções para gestão e planejamento

Pesquisa e desenvolvimento

Metrologia e calibrações

Qualidade e certificação

Investigações e diagnósticos

Testes, ensaios e análises

Cursos e treinamentos

diferenciais IPT



da bancada ao piloto
infraestrutura laboratorial e experiência para desenvolver e escalar processos



abordagem multidisciplinar
somamos diferentes áreas e competências para pensar soluções inovadoras e eficazes



suporte administrativo e gerencial completo
equipes dedicadas a gestão de projetos, compras, contratos, comunicação, TI, RH, PI



capacitação de pesquisadores
atualização constante e investimento na criação de soluções pioneiras para o mercado



flexibilidade na negociação
propriedade intelectual e modelos de contrato ajustáveis a cada projeto



unidade Embrapii
somos credenciados pela Embrapii para desenvolvimento de novos materiais e processos biotecnológicos



UNIDADES DE NEGÓCIOS

BIONANOMANUFATURA Biotecnologia, Nanotecnologia, Microfabricação, Química e EPIs
CIDADES, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE Planejamento Territorial, Obras Cívicas, Riscos, Recursos Hídricos, Florestas
ENERGIA Geração, Infraestrutura, Eficiência, Energias limpas
HABITAÇÃO E EDIFICAÇÕES Conforto, Desempenho, Segurança, Materiais, Sustentabilidade
MATERIAIS AVANÇADOS Metálicos, Poliméricos, Compósitos, Celulósicos, Corrosão
TECNOLOGIAS DIGITAIS IoT, Sistemas Embarcados, Sistemas de Transportes, IA, Analytics
TECNOLOGIAS REGULATÓRIAS E METROLÓGICAS Mecânica, Elétrica, Vazão, Aerodinâmica, Química



nossos desafios

- + ir e vir
- + proteger
- + renovar
- + bem viver
- + fazer acontecer



ir e vir
+ sistemas inteligentes de transportes

IPT desenvolveu para a Artesp um **sistema de monitoramento das rodovias** paulistas concessionadas. O sistema possibilita o acesso online e em tempo real às informações sobre equipamentos e ocorrências nas rodovias.

ir e vir + novos materiais

De olho no futuro, o IPT montou um grande laboratório para desenvolver **estruturas leves** feitas de **materiais compósitos**, cuja aplicação na fabricação de aeronaves pode revolucionar a eficiência energética desse meio de transporte.



proteger
+
exploração de petróleo

O IPT inaugurou um equipamento único no hemisfério sul para **ensaios de elementos de ancoragem**. A bancada permite desenvolver e qualificar amarras, umbilicais e risers para exploração de petróleo em águas profundas.

proteger

+

áreas de risco



Com mais de 40 anos de experiência no **mapeamento e prevenção de riscos de desastres naturais**, o IPT também atua junto à Defesa Civil em atendimentos a emergência nas regiões afetadas.

renovar

+

biotecnologia



O IPT criou para a Natura um **processo biotecnológico** para transformar um rejeito da produção em insumo cosmético. O resultado foi um tensoativo biodegradável feito a partir de plantas amazônicas. A Natura premiou o IPT pelo projeto.

renovar + processos industriais

O IPT desenvolveu para a CBMM um **novo processo pirometalúrgico** de refino de nióbio, reduzindo os custos e a geração de resíduos. Com isso, a mineradora foi a primeira no mundo a conseguir o selo ISO 14.001.



bem viver
+
fármacos



Em parceria com a USP, o IPT está desenvolvendo nanocápsulas para **liberação controlada** de um medicamento contra o câncer. O objetivo é focar sua ação no tumor, minimizando efeitos colaterais.



bem viver

+

manufatura aditiva

Uma parceria entre IPT, CBMM, AACD, Fapesp e Embrapii viabilizou um projeto para desenvolver **ligas metálicas** especiais para **próteses ortopédicas**.
"Impressas" por manufatura aditiva, serão feitas sob medida para cada paciente.



fazer acontecer

+

infraestrutura

medir + testar + calibrar + analisar + caracterizar + determinar
simular + modelar + verificar + instrumentar + escalonar + descobrir



Open Experience
IPT

O IPT abre seu campus para a maior iniciativa de inovação aberta em hardtech do Brasil, conectando os diversos atores desse ecossistema.

Pedra fundamental do projeto CITI – Centro Internacional de Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo



Modalidade 1
Hub de inovação

Participe de um ecossistema único e transformador que congrega empresas e startups que empreendem juntas na criação de tecnologias impulsionadoras de novos negócios.



Modalidade 2
Centro de inovação

Instale o Centro Tecnológico da sua empresa dentro do campus do IPT e potencialize sua capacidade de desenvolvimento.



Programas estratégicos







INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS



Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT

CNPJ/MF: 60.633.674/0001-55

Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022

Conteúdo:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração de Valor Adicionado
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Relatório dos Auditores Independentes Russel Bedford sobre as Demonstrações Contábeis

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	PERÍODO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		PASSIVO	PERÍODO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	31/03/2023		31/12/2022			31/03/2023		31/12/2022	
CIRCULANTE	N.E.				CIRCULANTE	N.E.			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.396	37.950		Fornecedores		6.226	4.846	
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	3.999	4.186		Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	10	943	1.420	
Contas a receber	5	4.147	4.582		Receitas à realizar		214	285	
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		691	1.021		Salários a pagar e encargos a recolher		5.862	6.145	
Impostos antecipados e a recuperar	7	2.443	3.328		Impostos e contribuições a recolher	11	10.241	12.844	
Estoques		437	500		Adiantamento de clientes		771	790	
Despesas pagas antecipadamente		5.445	56		Obrigações a pagar - férias e encargos		15.205	13.863	
Depósitos compulsórios		276	173		Parcelamentos fiscais	11	1.068	1.381	
Outros valores a receber		244	31		Subvenções governamentais-agencias de fomento	12	7.896	7.935	
					Outras obrigações		209	170	
Total do Ativo Circulante		57.078	51.827		Total do Passivo Circulante		48.635	49.679	
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo		3.256	3.550		Parcelamentos fiscais	13	13.215	5.295	
Imobilizado	8	151.027	148.601		Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento	14	31.469	32.335	
Intangível	9	1.335	1.408		Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	21.261	21.744	
Total do Ativo Não Circulante		155.618	153.559		Provisão para dissídio coletivo	15	6.538	5.517	
					IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.678	1.703	
					Receitas à realizar		570	570	
					Arrendamento mercantil - Dir. de Uso		991	991	
					Total do Passivo Não Circulante		75.722	68.155	
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17			
					Capital social		288.354	288.354	
					Reservas de capital		9.382	9.382	
					Reservas de lucros		264	264	
					Recurso para aumento de capital		4.906	1.180	
					Prejuízos acumulados		(214.567)	(211.628)	
					Total do Patrimônio Líquido		88.339	87.552	
TOTAL DO ATIVO		212.696	205.386		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		212.696	205.386	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por
FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840
Dados: 2023.09.22 13:40:51 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2023.09.21 11:11:09 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

		TRIMESTRE ATUAL	IGUAL TRIMESTRE DO PERÍODO ANTERIOR
		<u>01/01/2023</u>	<u>01/01/2022</u>
		A	A
		<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
	N.E.		
Receita de serviços e produtos		12.138	10.528
Subvenção econômica - GESP		26.151	23.331
Subvenção econômica - Fomento		5.828	5.563
Receita de doação de bens - Fomento	14	969	894
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		45.086	40.316
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(1.647)	(1.436)
Devoluções e cancelamentos		(37)	(23)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		43.402	38.857
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a	(30.888)	(29.916)
LUCRO BRUTO		12.514	8.941
(DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20b	(10.046)	(9.463)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(601)	(433)
Serviços de terceiros		(2.672)	(2.206)
Depreciações e amortizações		(834)	(375)
Provisões diversas		(771)	(3.947)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		695	953
		(14.229)	(15.471)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.715)	(6.530)
Receitas financeiras		1.202	1.158
Despesas financeiras		(2.449)	(185)
RESULTADO FINANCEIRO		(1.247)	973
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.962)	(5.557)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(2.962)	(5.557)
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,01	-0,02

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por
FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840
Dados: 2023.09.22 13:41:17 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por FRANCISCO
SOUTO OUTEDA:03087619876
Dados: 2023.09.21 11:11:35 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)**

	N.E.	<u>PERÍODO ATUAL</u>	<u>PERÍODO ANTERIOR</u>
		01/01/2023	01/01/2022
		A	A
		31/03/2023	31/03/2022
LUCRO/ (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(2.962)	(5.557)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.19	<u>(2.962)</u>	<u>(5.557)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por
FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840
Dados: 2023.09.22 13:41:45 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por FRANCISCO
SOUTO OUTEDA:03087619876
Dados: 2023.09.21 11:12:00 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	288.197	9.382	264	156	(191.882)	106.117
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	-	-
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	24	24
Prejuízo do período	-	-	-	-	(5.557)	(5.557)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	288.197	9.382	264	156	(197.415)	100.584
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	288.354	9.382	264	1.180	(211.628)	87.552
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	3.726	-	3.726
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	23	23
Prejuízo do período	-	-	-	-	(2.962)	(2.962)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	288.354	9.382	264	4.906	(214.567)	88.339

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por
 FLAVIA GUTIERREZ
 MOTTA:24593631840
 Dados: 2023.09.22 13:42:10 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
 Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
 Outeda:03087619876

Assinado de forma digital por
 FRANCISCO SOUTO
 Outeda:03087619876
 Dados: 2023.09.21 11:12:25 -03'00'

FRANCISCO SOUTO Outeda
 Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

	TRIMESTRE ATUAL	IGUAL TRIMESTRE DO PERÍODO ANTERIOR
	01/01/2023	01/01/2022
	a	a
	31/03/2023	31/03/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período antes do IRPJ e CSLL	(2.962)	(5.557)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	2.865	2.369
Demais Provisões	771	3.862
Provisão/Reversão para perdas de créditos	13	28
Subtotal	687	702
Variações no Ativo Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	187	(350)
Contas a receber	422	2.120
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	330	198
Impostos antecipados e a recuperar	885	218
Estoques	63	70
Despesas pagas antecipadamente	(5.389)	(4.083)
Depósitos compulsórios	(103)	-
Outros valores a receber	(213)	29
Subtotal	(3.818)	(1.798)
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	1.380	832
Arrendamento Mercantil	(476)	(291)
Receitas a realizar	(71)	(70)
Salários a pagar e encargos a recolher	(283)	486
Impostos e contribuições a recolher	(2.603)	2.674
Adiantamento de clientes	(19)	(28)
Obrigações a pagar - férias e encargos	1.342	3.421
Subvenções governamentais - agências de fomento	(39)	653
Realização de provisões	(233)	-
Outras obrigações	39	9
Subtotal	(963)	7.686
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.094)	6.590
Atividades de Investimento		
Aumento do realizável a longo prazo	295	(13)
Aquisição de bens do imobilizado	(5.119)	(2.335)
Baixas de bens do imobilizado e intangível	9	72
Doações recebidas em bens	(103)	(2.230)
Adição de intangível	(6)	(75)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.924)	(4.581)
Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	7.605	(154)
Outras exigibilidades	(866)	1.401
Recursos para Aumento de Capital	3.725	-
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento	10.464	1.247
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.446	3.256
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	37.950	47.870
No final do exercício	39.396	51.126
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.446	3.256

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por FLAVIA
GUTIERREZ MOTTA:24593631840
Dados: 2023.09.22 13:42:37 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2023.09.21 11:25:54 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE MARÇO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)**

	PERÍODO ATUAL	IGUAL PERÍODO ANTERIOR
	31/03/2023	31/03/2022
Receitas	45.737	41.218
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.101	10.505
Outras Receitas	33.649	30.743
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	(13)	(30)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(33.127)	(31.900)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(29.735)	(28.751)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(2.973)	(2.833)
Outros	(419)	(316)
Valor Adicionado Bruto	12.610	9.318
Retenções	(834)	(375)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(834)	(375)
Valor Adicionado Líquido Produzido	11.776	8.943
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.202	1.158
Receitas Financeiras	1.202	1.158
Valor Adicionado Total a Distribuir	12.978	10.101
Distribuição do Valor Adicionado	12.978	10.101
Pessoal	10.494	9.665
Remuneração Direta	5.105	4.519
Encargos Sociais	2.497	2.664
FGTS	1.601	1.586
Benefícios	1.291	896
Impostos, Taxas e Contribuições	2.233	1.889
Federais	1.175	1.031
Estaduais	14	14
Municipais	1.044	844
Remuneração de Capitais de Terceiros	3.213	4.104
Juros	2.449	185
Outros	764	3.919
Remuneração de Capitais Próprios	(2.962)	(5.557)
Prejuízo do Período	(2.962)	(5.557)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840

Assinado de forma digital por
FLAVIA GUTIERREZ
MOTTA:24593631840
Dados: 2023.09.22 13:43:01 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por FRANCISCO
SOUTO OUTEDA:03087619876
Dados: 2023.09.21 11:32:11 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: **(a)** executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; **(b)** dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; **(c)** formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; **(d)** colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; **(e)** celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; **(f)** prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; **(g)** explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; **(h)** requerer o registro de patentes; **(i)** ceder o uso de patentes e de outros direitos; **(j)** editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal n.º 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal n.º 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

1.1. Impactos relacionados à pandemia Covid-19

O IPT segue monitorando a situação, sempre pronto para intervir, em caso de agravamento da situação da pandemia. Apesar de desmobilização do comitê de crise implementado no início da pandemia, este poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade.

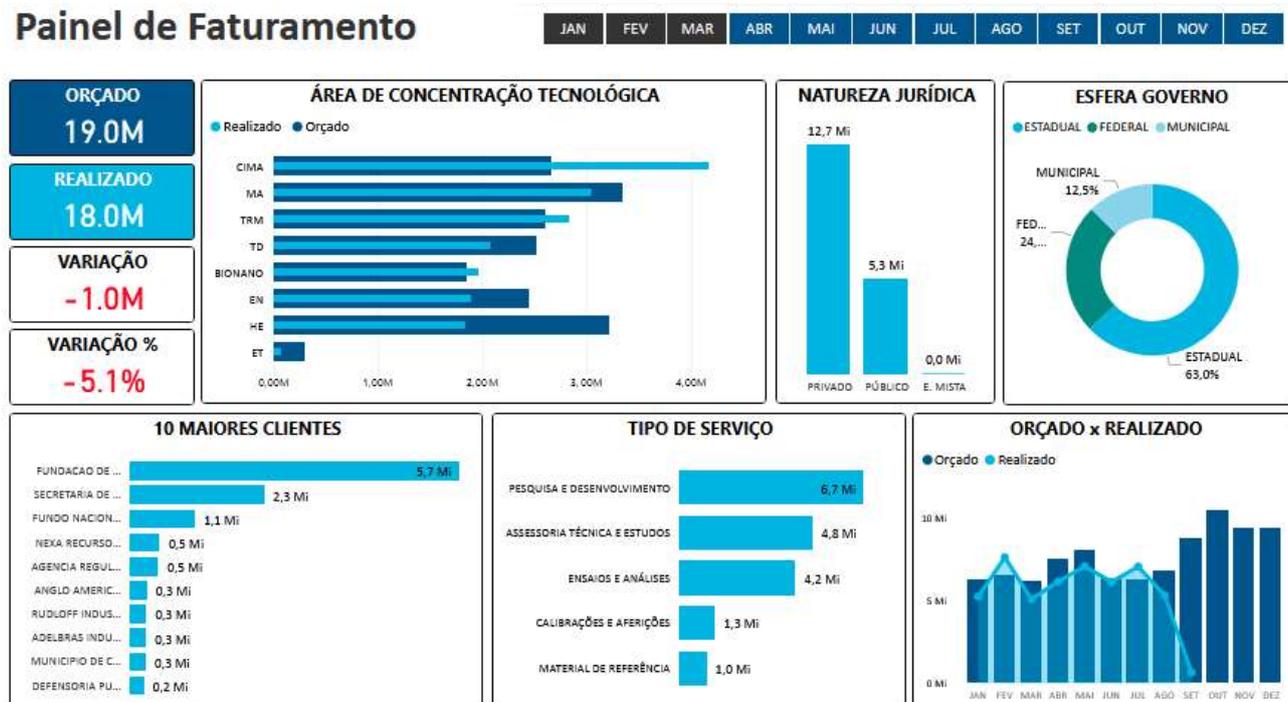
A normalização das atividades econômicas impactou positivamente nas receitas do IPT, onde é possível supor que projetos que foram adiados com a eclosão da pandemia estejam sendo retomados à medida que a normalização das atividades se consolida.

quadro A:



quadro B:

Painel de Faturamento



A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram divulgadas em 10 de fevereiro de 2023 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis do período findo em 31/03/23 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das Informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração do IPT não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 Aplicações Financeiras – Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.5 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas Financeiras” no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de “Subvenções Governamentais-Agências de Fomento” **Recebíveis** – Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

2.7 Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de

aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual. nota explicativa nº 8

Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com “ativos semelhantes”.

O IPT como empresa pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida útil sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/S após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (International Financial Reporting Standards), ASA (American Society of Appraisers) e SFAS (Statement of Financial Accounting Standards).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária suportado pelo laudo emitido pela empresa contratada Factum.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos.

Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as Interpretações Técnicas: ICPC 10(item nº 30)₁ - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23(itens de nº 32 à 38)₂- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

1. INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:

Item nº 30: Revisão inicial das vidas úteis

“Para a entidade que adotar o custo atribuído (deemed cost) citado no item 22, a primeira análise periódica da vida útil econômica coincide com a data de transição (veja item 23). Para os demais casos a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização, bem como para determinar o valor residual dos itens, será considerada como mudança de estimativa (Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e produzirá efeitos contábeis prospectivamente apenas pelas alterações nos valores das depreciações do período a partir da data da revisão. Nesses casos os efeitos contábeis deverão ser registrados no máximo a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e, por ser mudança prospectiva, os valores de depreciação calculados e contabilizados antes da data da revisão não são recalculados” (grifo nosso).

2. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 23

Item nº 38 – MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

“O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data das mudanças na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente. Porém, a mudança na estimativa da vida útil de ativo depreciable, ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo, afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente do ativo. Em ambos os casos, o efeito da mudança relacionada com o período corrente é reconhecido como receita ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como receita ou despesa nesses períodos futuros”

O item 38 do CPC nº 23 acima citado, relata que a depreciação societária recalculada pela nova vida útil dos bens caracteriza uma mudança prospectiva de estimativa contábil e que seus efeitos afetam a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros da vida útil remanescente do ativo, a partir da data da revisão conforme preceitua o ICPC 10 item nº30.

2.9 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. nota explicativa nº 9.

2.10 Provisão para perdas por Impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como “Impairment Test”, apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2021. A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) – Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de março de 2023, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2022.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13 Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado, conforme nota explicativa nº 16.

2.16 Arrendamento Mercantil – IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis, nota explicativa nº 10.

2.17 Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

2.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	16	19
Aplicações financeiras	39.380	37.931
	<u>39.396</u>	<u>37.950</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	25.104	23.675
Fundos de investimento em renda fixa	14.276	14.256
	39.380	37.931

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras vinculadas	3.999	4.186
	3.999	4.186

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais – Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber	4.689	5.115
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(542)	(533)
	<u>4.147</u>	<u>4.582</u>

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 31 de dezembro de 2022. No período de 12 meses a taxa de inadimplência ficou em 0,75%, demonstrando a correta aplicação dos processos de recuperação de créditos juntos aos clientes.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	3.574	3.844
De 1 a 30 dias	427	702
De 31 a 60 dias	145	36
De 61 a 90 dias	7	34
Há mais de 91 dias	536	499
	<u>1.115</u>	<u>1.271</u>
	<u>4.689</u>	<u>5.115</u>

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionados, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas à Receber", no Ativo Circulante conforme abaixo:

CLIENTES

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Secretarias do Estado de São Paulo-GESP	-	200

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS a Compensar	82	115
PASEP a Compensar	54	62
Contribuição Social a Compensar	483	629
Imposto de Renda a Compensar	1.544	1.171
IRRF sobre Aplicações Financeiras	18	380
IRRF a Compensar	210	919
INSS a Compensar	50	50
ISS a Compensar	2	2
	<u>2.443</u>	<u>3.328</u>

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual De Depreciação	31/03/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283	-	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92.776	(50.417)	42.359	92.776	(50.020)	42.756
Máq. e Equipamentos	2% a 50%	188.713	(157.638)	31.075	189.161	(157.090)	32.071
Instalações	2% a 50%	17.421	(15.655)	1.766	17.421	(15.587)	1.834
Equipamentos de T.I.	5% a 50%	17.850	(13.391)	4.459	17.554	(13.105)	4.449
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	371	(362)	9	375	(365)	10
Veículos	5% a 50%	4.166	(3.578)	588	4.166	(3.537)	629
Móveis e Utensílios	4% a 50%	8.552	(7.599)	953	8.567	(7.539)	1.028
Outras imobilizações		30.924	(10.457)	20.467	30.924	(10.264)	20.660
Imobilizado em Andamento		10.101	-	10.101	5.437	-	5.437
Direito de Uso – Maqs. e Equipamentos		3.176	(1.209)	1.967	3.177	(733)	2.444
Total do Imobilizado		411.333	(260.306)	151.027	406.841	(258.240)	148.601

9. INTANGÍVEL

a) Movimentação intangível

ACUMULADO – 2023					
CONTA	SALDO EM 31/12/2022	AQUISIÇÕES	TRANSF.	BAIXAS	SALDO EM 31/03/2023
1.2.5.01.001 - MARCAS E PATENTES	738	3	0	0	741
1.2.5.01.002 - SOFTWARES	3.401	0	0	0	3.401
1.2.5.01.003 - SOFTWARES – DOAÇÃO	1.611	0	0	0	1.611
1.2.5.01.004 - MARCAS E PATENTES EM ANDAMENTO	28	2	0	0	30
TOTAL INTANGÍVEL	5.778	5	0	0	5.783
AMORTIZAÇÃO					
1.2.5.30.001 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.297)	(64)	0	0	(2.361)
1.2.5.30.002 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA -DOAÇÃO SOFTWARE	(1.394)	(14)	0	0	(1.408)
1.2.5.30.003 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA -MARCAS E PATENTES	(679)	(0)	0	0	(679)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(4.370)	(78)	0	0	(4.448)
SALDO	1.408	(73)	0	0	1.335

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL – NBC TG 06 (R3) – (IFRS 16)

O IPT analisou os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme conceitua a NBC TG 06 (R3), correlação com o IFRS 16. Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avaliou se os contratos mantidos identificam um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.

De acordo com a nova sistemática da norma, todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente.

Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de custos/despesas de serviços de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISS	127	187
PASEP e COFINS	237	338
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.621	2.778
COFINS - Retenção	140	111
PASEP - Retenção	19	24
IPTU – Adicional (a)	2.288	9.313
IPTU	5.695	0
Outros	114	93
Total de Impostos e Contribuições à recolher	<u>10.241</u>	<u>12.844</u>
Parcelamentos Fiscais – Municipal – P.P.I.	1.068	1.381
	<u>11.309</u>	<u>14.225</u>

(a) Está sendo mencionado nesta nota explicativa, o valor de IPTU-Adicional dos exercícios entre 2017 a 2022 em decorrência do processo de regularização das áreas construídas no imóvel do IPT onde foi gerado um processo junto a Prefeitura do Município de São Paulo. Foi realizado o reconhecimento contábil do valor mencionado levando a resultado no mês de dezembro de 2022.

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS – AGÊNCIAS DE FOMENTO

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FEHIDRO	1.812	1.778
FINEP	7	7
CNPQ	126	126
EMBRAPII	51	51
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	2.194	2.285
Outros	3.706	3.688
	<u>7.896</u>	<u>7.935</u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	<u>ISS</u>	<u>IPTU</u>	<u>IPTU- adicional</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/2022	4.465	830	-	<u>5.295</u>

Saldo em 31/03/2023 4.639 863 7.713 **13.215**

- (a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.
- (b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.
- (c) Em março de 2023 foi realizada a adesão ao parcelamento do IPTU-adicional-2017 à 2021 (P.A.T.).

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES – RECEITA DE DOAÇÃO – AG. DE FOMENTO – NBC TG 07 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P,D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais – Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsecamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina à respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem

sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante), em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma receita de doação, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas (1)	13.099	13.585
Cíveis (1)	5.445	5.442
Fiscais e tributários	88	88
Indenizações contratuais	201	201
Provisão – descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	2.428	2.428
Provisão para dissídio coletivo (3)	6.538	5.517
	<u>27.799</u>	<u>27.261</u>

- (1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.
- (2) No exercício do mês de Abr/2021 o IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva, para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguarié-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77. A obra está em andamento até o presente momento.
- (3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des. Cie. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguardo o julgamento.
 - a. Após o julgamento dos embargos e também das contrarrazões, o processo foi distribuído em 31/03/2022 para a sessão especializada em dissídios (SDC), aguardando julgamento.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	8.501	8.451
Cíveis	<u>2.155</u>	<u>3.155</u>
	<u>10.656</u>	<u>11.606</u>

16. IRPJ E CSLL – DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial – Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2022, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 156.282,00, de acordo com a AGO/AGOE de 27/04/2022 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

- a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.835.371.456 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
- b) **Reservas de Capital:** Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.
- c) **Recurso para Aumento de Capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2023, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 121.050.975,00, conforme Lei nº 17.614, de 27 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual 2023).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de março de 2023, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2023.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial – Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	R\$ 329.155
Responsabilidade Civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados à terceiros, em consequência das operações do IPT	R\$ 4.153
Responsabilidade Civil de Administradores – D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Composição do custo

	Trimestre atual	Trimestre do período anterior
	31/03/2023	31/03/2022
Remuneração, encargos e benefícios	22.176	21.789
Serviços de terceiros	3.038	2.316
Utilidades	1.572	1.740
Impostos e taxas	1.527	1.196
Depreciação e amortização	2.030	1.995
Outros custos	545	880
TOTAL	30.888	29.916

b) Composição das despesas administrativas

	Trimestre atual	Trimestre do período anterior
	31/03/2023	31/03/2022
Remuneração, encargos e benefícios	8.739	7.882
Utilidades	78	299
Impostos e taxas	691	587
Outras	4.721	6.703
TOTAL	14.229	15.471

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do trimestre findo em 31/03/2023 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

FLAVIA GUTIERREZ Assinado de forma digital por
MOTTA:245936318 FLAVIA GUTIERREZ
 MOTTA:24593631840
 40 Dados: 2023.09.22 13:43:50
 -03'00'

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
 Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO Assinado de forma digital por
OUTEDA:03087619876 FRANCISCO SOUTO
 OUTEDA:03087619876
 Dados: 2023.09.21 11:10:30 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
 Contador - CRC 1SP154222/O-1

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias.

Referente ao 1º trimestre de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A – IPT referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Conseqüentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais supracitadas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023. Essas demonstrações foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, em consonância ao IAS 34. As demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 22 de setembro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.09.21
09:56:26 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

Relatório circunstanciado de auditoria contábil.

Referente ao 1º trimestre de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA CONTÁBIL

Barueri, 22 de setembro de 2023.

RA 0900/2023

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
S.A. – IPT
São Paulo – SP**

Servimo-nos da presente para encaminhar a V.S.as o relatório circunstanciado de avaliação dos procedimentos contábeis, por amostragens, adotados na Companhia, os quais foram realizados de acordo com o disposto na Lei nº 13.303/2016 Art. 7º, Instrução CVM nº 308/99 e nas normas de auditoria; incluindo, mas não se limitando, em provas nos registros contábeis e exame de documentação comprobatória na base da amostra selecionada, bem como na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Este trabalho foi realizado durante o transcorrer do exercício. As recomendações aqui apresentadas foram desenvolvidas em decorrência dessa revisão e avaliação contábil e de controles internos. Portanto, não se deve interpretar que todas as eventuais deficiências foram identificadas.

Alguns aspectos que julgamos relevantes estão expostos neste relatório, que é estritamente confidencial e tem como única finalidade sua apreciação e discussão com o destinatário, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do Art. 410 do Código de Processo Civil (CPC), Lei nº 13.105/2015, seu uso para qualquer outro fim.

Todas as recomendações e observações foram previamente discutidas com a administração, que providenciará os comentários e os planos de ação para cada assunto.

Colocando-nos ao dispor de V.S.as para quaisquer esclarecimentos adicionais, subscrevemo-nos.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.09.21
09:55:38 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

SUMÁRIO

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS	4
1. ATIVO	4
1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4
1.2. CONTAS A RECEBER.....	4
1.3. ADIANTAMENTOS	5
1.4. IMPOSTOS ANTECIPADOS E A RECUPERAR	5
1.5. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6
1.6. IMOBILIZADO	7
2. PASSIVO	8
2.1. FORNECEDORES	8
2.2. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	8
2.3. PARCELAMENTOS FISCAIS.....	8
2.4. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	9
2.5. ADIANTAMENTO DE CLIENTES.....	10
2.6. SALÁRIOS A PAGAR.....	10
2.6. OUTRAS PROVISÕES	11
PARTE III – CONCLUSÃO	11

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS

1. ATIVO

1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Realizamos o confronto entre o valor registrado na contabilidade e as informações obtidas do extrato bancário. Para as aplicações financeiras, analisamos os controles auxiliares das movimentações.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$		
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	EXTRATOS	DIFERENÇA
11112	Bancos	16.753	16.753	-
11116	Aplicações financeiras – IPT	39.379.994	39.379.994	-
11117	Aplicações financeiras – conta vin.	3.998.410	3.998.410	-
TOTAL		43.395.157	43.395.157	-

Observação:

Em março de 2023 não realizamos procedimento de confirmação externa (circularização), sendo assim, confrontamos os saldos registrados na contabilidade com os extratos bancários e não identificamos divergências.

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

1.2. CONTAS A RECEBER

Realizamos o confronto entre o valor registrado na contabilidade e os controles auxiliares e analisamos a expectativa de realização do saldo em aberto em nossa data-base, levando em consideração os critérios adotados pela empresa.

- ✓ Todos os títulos vencidos a mais do que 60 dias foram considerados como Perdas Estimadas.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
11211001	Clientes	4.689.473
11211002	(-) Perdas estimadas	(542.429)
TOTAL		4.147.043

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

1.3. ADIANTAMENTOS

Realizamos o confronto entre o valor registrado na contabilidade e os controles auxiliares e analisamos a expectativa de realização do saldo em aberto.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

Valores em R\$		
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
11213008	Adiantamento de 13º salário	297.318
11213007	Adiantamento de férias	196.147
	Outros adiantamentos	197.886
TOTAL		691.351

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

1.4. IMPOSTOS ANTECIPADOS E A RECUPERAR

Confrontamos os valores registrados na contabilidade com os controles auxiliares e agrupamos as informações para avaliar o envelhecimento dos créditos, conforme listamos a seguir:

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

Valores em R\$		
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
11214009	Imposto de renda a compensar	1.544.143 (i)
11214021	CSLL a compensar	338.387 (i)
11214001	COFINS a compensar – sede	45.933
11214017	IRRF – Serviços	197.676
11214022	INSS a compensar	49.949 (i)
	Outros impostos	266.372
TOTAL		2.442.461

- i) Avaliamos os controles auxiliares e agrupamos os impostos de acordo com a data do registro, conforme quadro a seguir:

ANÁLISE REFERENTE MAR/2023

ANO	INSS	CSLL	IRPJ	+ de 5 anos	
2016	49.949	-	-	49.949	(*)
2017	-	12.941	17.583	30.524	(*)
2018	-	67.732	25.175	-	
2019	-	41.318	71.705	-	
2020	-	26.685	2.814	-	
2021	-	142.481	139.336	-	
2022	-	332.191	1.287.530	-	
TOTAL	49.949	338.387	1.544.143	80.473	

(*) Esses valores possuem pedido de restituição em andamento.

RECOMENDAÇÕES

Alertamos que os impostos em aberto entre os períodos de 2018 a 2019 estão próximo do prazo de prescrição, caso a Companhia não tenha entrado com pedido de restituição ou compensado na apuração dos impostos, esses valores podem prescrever em 2023 e 2024.

Efetuar o acompanhamento dos créditos de impostos em aberto a longa data para evitar prejuízos financeiros decorrentes de prescrição.

1.5. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Confrontamos os valores registrados na contabilidade com os controles auxiliares dos depósitos judiciais, por serem valores sem movimentação relevante, não estendemos nossas análises para os testes documentais.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
12112010	Arrendamento a receber	569.856
12114001	Depósitos judiciais - Trabalhistas	830.157
12114003	Depósitos judiciais – Execução	1.844.966
12114005	Depósitos judiciais – Diversos	10.725
TOTAL		3.255.704

Não houve movimentação relevantes entre dezembro de 2022 e março de 2023. Logo, podemos concluir que os valores não estão sendo atualizados com as devidas correções. Os bancos em que foram realizados os depósitos judiciais atualmente disponibilizam uma ferramenta que possibilita acessar os processos atualizados.

Ao analisar os controles auxiliares, não identificamos procedimentos que demonstrem o confronto entre os depósitos judiciais em aberto na contabilidade com os controles auxiliares dos assessores jurídicos. A ausência desse procedimento pode gerar distorções na contabilidade, caso algum processo tenha transitado em julgado e ainda conste depósitos em aberto na contabilidade.

RECOMENDAÇÕES

Adotar procedimentos para conciliar os depósitos judiciais em aberto na contabilidade com os controles auxiliares disponibilizados pelos assessores jurídicos.

Implementar procedimentos de atualização periódica dos depósitos judiciais com base nos extratos extraídos dos bancos, em que os recursos foram depositados.

1.6. IMOBILIZADO

Relacionamos, a seguir, os procedimentos realizados no grupo de contas do Imobilizado:

- ✓ Confrontamos o valor registrado na contabilidade com o relatório de bens do ativo imobilizado;
- ✓ Confrontamos o valor registrado na contabilidade com o mapa de movimentação;
- ✓ Realizamos testes substantivos nas adições ao imobilizado.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	RELATÓRIO DE BENS	Valores em R\$
			DIFERENÇAS
Custo - Ativo Tangível	398.055.718	398.053.767	1.951
Depreciação Acumulada	(269.172.625)	(269.202.184)	29.559
Imobilizado em Andamento	9.295.464	-	-
TOTAL TANGÍVEL	138.178.557	128.851.583	31.510
Custo - Ativo Intangível	5.753.240	5.717.318	35.921
Amortização Acumulada	(4.490.710)	(4.490.316)	(394)
TOTAL INTANGÍVEL	1.262.530	1.227.002	35.527

RECOMENDAÇÃO

Analisar a diferença entre o valor registrado na contabilidade e o relatório de bens do ativo imobilizado e realizar os devidos ajustes.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As diferenças apresentadas serão regularizadas no 3º trimestre de 2023.

2. PASSIVO

2.1. FORNECEDORES

Confrontamos o valor registrado na contabilidade com o relatório financeiro e analisamos o envelhecimento do saldo em aberto.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
21111001	Fornecedores	5.895.225
21111004	Provisão fornecedores	330.329
TOTAL		6.225.554

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

2.2. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Confrontamos os valores registrados na contabilidade com os controles auxiliares e a guia de recolhimento.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
21331001	INSS	2.069.794
21331002	FGTS	508.996
21331003	IRRF – Funcionários	1.526.808
	Outros impostos	539.018
TOTAL		4.644.616

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

2.3. PARCELAMENTOS FISCAIS

Confrontamos o valor registrado na contabilidade com os extratos da dívida e recalculamos a segregação entre curto e longo prazo.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

Valores em R\$

Confronto entre os demonstrativos do parcelamento e os valores registrados na contabilidade

	IPTU	IPTU ADICIONAL	ISS	TOTAL
Auditoria	1.024.148	9.412.763	5.503.305	
Cliente	1.030.853	9.352.584	5.539.374	
Diferença	(6.705)	60.179	(36.069)	17.405 (a)

Valores em R\$

Segregação entre Curto e Longo Prazo (Auditoria)

	IPTU	IPTU ADICIONAL	ISS	TOTAL
Curto Prazo	223.451	1.947.468	1.200.721	
Longo Prazo	800.698	7.465.295	4.302.584	
Total	1.024.148	9.412.763	5.503.305	15.940.217

RECOMENDAÇÃO

Regularizar a diferença apresentada e atualizar a segregação entre curto e longo prazo.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As diferenças apresentadas e a segregação entre curto e longo prazo, foram regularizadas no 2 e 3º trimestre de 2023.

2.4. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Confrontamos o valor registrado na contabilidade com os controles internos dos advogados.

Valores em R\$

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	CONTROLES AUXILIARES	DIFERENÇAS
22401002	Provisão para contingência Trabalhista	13.098.682	13.098.682	-
22401003	Provisão para contingência Cível	5.445.241	5.445.241	-
22401007	Provisão para Dissídio	6.538.000	6.538.000	-
22401005	Provisão para indenizações	2.628.270	2.628.270	-
22401001	Provisão para contingência Tributária	88.501	88.501	-
	TOTAL	27.798.693	27.798.693	-

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

2.5. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Confrontamos os valores registrados na contabilidade com os controles auxiliares e analisamos o tempo do saldo em aberto, conforme demonstramos a seguir:

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$
DESCRIÇÃO		VALOR CONTÁBIL
Menos de um ano		45.962
Mais de um ano		42.628 (i)
Total		88.590
Créditos a identificar		167.846 (ii)
Outros valores		514.386
TOTAL		682.232
TOTAL GERAL		770.822

Observação:

- i) Existem diversos valores em aberto há mais de um ano;
- ii) Créditos a identificar em aberto na composição de adiantamento de clientes.

RECOMENDAÇÃO

Conciliar, junto ao departamento financeiro, os adiantamentos de clientes em aberto de longa data e os créditos a identificar.

FOLLOW-UP 2023

Os departamentos financeiro e contábil estão analisando essas informações.

2.6. SALÁRIOS A PAGAR

Confrontamos o resumo da folha de pagamento com os valores registrados na contabilidade e evidenciamos os pagamentos no mês subsequente.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
21221001	Salários a pagar	2.883.701
21331	Encargos	4.644.616
	Outros	225.761
TOTAL		7.754.078

Observação: os procedimentos para avaliar o ambiente de controle relacionados ao processamento da folha de pagamento, serão avaliados no decorrer do exercício de 2023.

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

2.6. OUTRAS PROVISÕES

Confrontamos o relatório de provisão de férias e 13º salário com os valores registrados na contabilidade.

Composição do saldo em 31 de março de 2023:

		Valores em R\$
CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL
21661004	Provisão de férias	9.818.094
	Provisão para os encargos – INSS e FGTS	3.289.061
TOTAL		13.107.156

Observação: os procedimentos para avaliar o ambiente de controle relacionados ao processamento da folha de pagamento, serão avaliados no decorrer do exercício de 2023.

Concluimos pela adequação do registro dessas informações na contabilidade.

PARTE III – CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter suporte para certificar a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes; o cumprimento de normas e de procedimentos internos; as formalidades e a eficiência nos controles da documentação comprobatória. Esses trabalhos estão consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Este relatório destina-se a informar exclusivamente a administração e, se desejado, os responsáveis pela governança e outros integrantes do Instituto. O relatório não se destina a, e nem deve ser utilizada por, quaisquer outras partes que não aquelas aqui especificadas.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as para quaisquer esclarecimentos adicionais que se tornem necessários.